



1290001479



TCC/UNICAMP C767i



UNICAMP

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Economia
2º Semestre de 2004
CE 851 A – Monografia II

Monografia

Indivíduo e Sociedade Capitalista

Orientador: Prof. Dr. Plínio Soares de Arruda Sampaio Jr

Autor: Bruno Martarello De Conti – RA: 002828

TCC/UNICAMP
C767i
IE/1479

CEDOC/IE

Índice

<u>Capítulo</u>	<u>Página</u>
1. Resumo.....	3
2. Introdução.....	5
3. O indivíduo e o capitalismo: as visões de dois clássicos	
a. Hayek: <i>O Caminho da Servidão</i>	7
b. Marx: <i>Manifesto do Partido Comunista</i>	12
c. Considerações sobre as visões dos autores.....	14
4. Impactos da sociedade capitalista sobre o indivíduo	
a. Lasch: <i>A Cultura do Narcisismo</i>	19
b. O indivíduo e o desenvolvimento.....	29
5. Conclusão.....	35
6. Bibliografia.....	38

1. Resumo

O sistema capitalista ergueu-se e desenvolveu-se tendo como um de seus alicerces o respeito ao homem e à liberdade que cada um tem de exercer plenamente sua individualidade. Ainda que este conceito tenha permanecido ao longo dos anos, ele não é consensual, e o objetivo deste trabalho é justamente perceber as diferentes visões sobre o tema.

Para tanto, tomou-se como referencial básico os trabalhos “O Caminho da Servidão”, de Friedrich Hayek , e “Manifesto do Partido Comunista”, de Karl Marx e Friedrich Engels. Hayek entende que o único modelo sócio-econômico que permite que cada indivíduo se desenvolva livremente é o capitalismo liberal. Comunismo, diz ele, é escravidão, e mesmo uma sociedade capitalista que conte com um forte controle estatal é nociva ao homem, já que significa o governo de poucos.

Marx apresenta uma visão diametralmente oposta, já que propõe que, no capitalismo, as pessoas tornam-se um instrumento a serviço da lógica mercantil de reprodução do capital. O capital é livre, enquanto o indivíduo é submisso.

Procurou-se, portanto, discorrer sobre o debate que se estabelece entre os economistas, agregando-se ainda idéias de outros autores e, em especial, de Christopher Lasch, que percebe que as contradições do capitalismo criaram um novo homem: o narcisista, que tem uma visão distorcida de si mesmo e dos outros.

Palavras-chave

Indivíduo, capitalismo, comunismo, desenvolvimento, sociedade.

Abstract

The capitalist system was raised and developed on the basis of respect to man and freedom to explore one's individuality. Although this concept has lasted through the years, it is not consensual. The subject of this paper is to approach the different views about the theme.

For this purpose, the works taken as reference were "The Road to Serfdom", by Friedrich Hayek, and "Communist Party Manifest", by Karl Marx and Friedrich Engels. Hayek proposes that the only socioeconomic model that allows every individual to freely develop is liberal capitalism. Socialism, he says, is slavery, and even a capitalist society under strong state control is harmful to man, since it means the government of a few.

Marx presents a diametrically opposite point of view, since he argues that under capitalism people become tools serving the mercantile logics of capital reproduction. Capital is free, whereas the individual is submissive.

The intention was, therefore, to analyze the ongoing debate between economists, aggregating some other authors' ideas, specially those by Christopher Lasch, who notices that the contradictions of capitalism have created a new man: the narcissist, who has a distorted view of himself and the other.

Keywords

Individual, capitalism, communism, development, society.

2. Introdução

O campo de estudos das Ciências Econômicas transcende o problema da eficiência econômica, procurando também avaliar os rumos a serem tomados pela sociedade capitalista. Este tipo de análise é feito, em geral, pela Teoria do Desenvolvimento Econômico, que estuda as possibilidades do homem de controlar seu próprio destino.

As reflexões sobre o desenvolvimento passam pelo pensamento iluminista sobre o assunto e pelas visões de autores clássicos, como Smith, Kant e Hegel, para, enfim, chegar às considerações contemporâneas. Recentemente, um vigoroso debate sobre a questão pautou-se pelas idéias de Francis Fukuyama sobre o “fim da história”, a saber, a ausência de alternativas ao capitalismo.

Schumpeter, um dos maiores teóricos do Desenvolvimento Econômico, propõe que a economia capitalista evolui por um processo de “destruição criadora”, através do qual os velhos bens e métodos organizacionais são suplantados pelas inovações. A grande questão, porém, diz respeito à capacidade humana de ditar os rumos deste processo, decidindo desta maneira seu próprio futuro.

A problemática do desenvolvimento pode ser observada sob a ótica do *indivíduo* e de sua posição dentro do sistema capitalista. A corrente neoclássica do pensamento econômico e, em especial, Friedrich Hayek, um dos principais autores desta corrente, entendem que o capitalismo proporciona liberdade aos indivíduos e sua realização enquanto ser humano, não havendo portanto motivos para transformações no sistema. Marx, por outro lado, sugere que no capitalismo o indivíduo perde seu caráter humano, tornando-se um mero instrumento do sistema. O autor entende, no entanto, que esta situação de opressão causará na classe proletária um grau tamanho de indignação que a levará a uma revolução dando fim ao sistema capitalista.

O propósito deste trabalho é observar a situação do indivíduo dentro do sistema capitalista, à luz dos debates teóricos já realizados a esse respeito. O foco principal será o papel do indivíduo enquanto possível agente de transformações sociais dentro do capitalismo. Para tanto, tomar-se-á como referência fundamental os trabalhos “Manifesto do Partido Comunista”, de Karl Marx e Friederich Engels e “O Caminho da Servidão”, de Friedrich Hayek, procurando-se estabelecer contrastes e convergências entre as obras. Será

dada atenção especial também às idéias de Christopher Lasch expressas em “A Cultura do Narcisismo”, onde o autor propõe que a evolução do capitalismo criou um novo tipo de indivíduo, o homem narcisista, que tem uma imagem bastante distorcida de si mesmo e que tem uma vida extremamente doentia. A partir destes autores básicos procurou-se agregar idéias de outros economistas e pensadores, além de algumas proposições próprias.

A análise atentar, portanto, para o respeito ao indivíduo, e para a capacidade que ele tem de dirigir seu próprio destino e da sociedade em que vive. Este debate, feito pelos autores da Teoria do Desenvolvimento Econômico, estuda as condições que a sociedade encontra para adequar os meios de que dispõe às finalidades almejadas. O estudo passa também pela observação da capacidade de os indivíduos, no interior do capitalismo, decidirem os objetivos a serem perseguidos, tanto do ponto de vista individual, quanto coletivo (da sociedade como um todo).

Todas estas controvérsias a respeito do desenvolvimento do capitalismo e, em especial, do papel do indivíduo dentro do sistema, justificam um estudo mais aprofundado sobre a questão. Evidentemente não se pretende aqui abordar todos os nós deste debate, nem sequer estudar todos os autores supracitados, já que o tema é por demais abrangente para que se esgote seu conteúdo em um único trabalho.

3. O indivíduo e o capitalismo: as visões de dois clássicos

a. Hayek: *O caminho da Servidão*

A Segunda Guerra Mundial ainda não acabara e Friedrich Hayek, antecipando-se à iminente disputa que caracterizaria a Guerra Fria, lançava em seu livro *Caminho da Servidão* um estudo aprofundado sobre a posição do indivíduo sob diferentes organizações econômicas e sociais. O autor entende que o socialismo significa escravidão e, mais do que isso, que até mesmo em um regime capitalista a intervenção do Estado na economia pode acabar com a liberdade do indivíduo, sendo a liberdade econômica o pré-requisito de qualquer outra liberdade: “Fomos aos poucos abandonando nos assuntos econômicos essa liberdade sem a qual a liberdade política e social jamais existiram no passado” (p 14)¹.

Hayek defende que o abandono do liberalismo econômico seria o abandono de um individualismo cuja origem remonta à Grécia Antiga, e que incorpora elementos tanto da filosofia clássica quanto dos ideais cristãos. Este individualismo é definido como o respeito aos indivíduos, a suas visões, gostos e inclinações. Sua difusão por todo o mundo ocidental teria se dado apenas durante o Renascimento, que constrói uma civilização que é, acima de tudo, individualista.

O capitalismo liberara o homem do feudalismo, e o desenvolvimento do comércio teria transformado a sociedade de hierarquias em uma sociedade na qual o homem pode moldar seu próprio destino, ganhando a oportunidade de conhecer e escolher entre diferentes formas de vida. Dentre as escolhas que fazem do homem um ser livre, uma das mais importantes, para Hayek, é a possibilidade de escolher seu trabalho.

O desenvolvimento da ciência e da liberdade individual caminham lado a lado, segundo o autor, já que os esforços individuais, desde que espontâneos e não controlados, seriam capazes de promover imensos progressos, que resultariam em benefícios para todas as classes sociais. “Onde quer que fossem removidas as barreiras ao livre exercício do engenho humano, o homem se tornava rapidamente capaz de satisfazer a crescente amplitude dos desejos” (p 17). Não por acaso, o homem ocidental teria atingido, já no início do século XX, um grau impressionante de conforto material, segurança e

¹ Todas as citações de Hayek são de “O Caminho da Servidão”.

independência pessoal. A supressão do liberalismo significaria, portanto, “um total abandono da tradição individualista que criou a civilização ocidental”.

O autor enfatiza que a espontaneidade deve ser o centro tanto da vida econômica quanto da vida pessoal de cada indivíduo, em oposição à intervenção estatal, que Hayek chama de coerção. Ao que parece, o economista entende que a preocupação social e as ações governamentais no sentido de lidar com elas só seriam possíveis em regimes ditatoriais. Élie Halévy chega a afirmar inclusive que “liberdade e organização são contraditórias”².

Entende-se, portanto, que a competição seria a melhor maneira de guiar os esforços individuais, já que permite análises apuradas das vantagens e riscos envolvidos em cada empreendimento. Mais do que isso, a competição seria a única capaz de coordenar a vida econômica de modo a evitar o caos. “É necessário primeiramente que haja liberdade de vender e comprar no mercado a qualquer preço que possa encontrar um interessado na transação, e que todos sejam livres de produzir, vender e comprar qualquer coisa que possa ser produzida e vendida” (p 35). O fim do sistema competitivo seria “a sentença de morte da liberdade individual” (p 187).

Enquanto a competição valoriza os esforços pessoais, o coletivismo tenta organizar a sociedade e seus recursos para um fim único, não reconhecendo, segundo Hayek, que os objetivos individuais são supremos, e que a felicidade de cada homem não pode ser atingida através de um fim único. Ademais, coloca o autor, os fins comuns não seriam fins em si, mas meios para que fins individuais sejam atingidos. Isso, pois nenhum homem conseguiria desprover-se de seus desejos e exercer um governo de forma absolutamente imparcial e justa; os líderes se valeriam de sua posição privilegiada, portanto, para estabelecer como metas da sociedade objetivos que são, na verdade, pessoais e seus.

Em uma economia centralizada, diz o autor, o indivíduo se tornaria, mais do que nunca, um mero instrumento a serviço da mais elevada das entidades: a sociedade. Para tanto, as pessoas seriam levadas a pensar e agir de uma mesma maneira, determinada *a priori* pelo governo central. Esta alienação seria decorrência da unicidade de todo o aparato de difusão de conhecimento (mídia e suas propagandas, escolas, etc.) algo que, para Hayek, não acontece no capitalismo liberal. Este doutrinamento teria a função de evitar atividades

² In Hayek (1977)

espontâneas por parte dos indivíduos, já que elas poderiam produzir resultados não previstos pelas autoridades, diminuindo seu poder. O autor reconhece que em qualquer sociedade a liberdade de pensamento é ampla e verdadeira apenas para pequenas parcelas da população, mas ainda assim ele considera importante que, de uma maneira ou de outra, haja a possibilidade de que as visões dominantes sejam contestadas.

Individualismo é tolerância, diz Hayek, e ela não existe quando há a centralização do poder. Quando o poder é retirado dos indivíduos e centralizado, surge um poder até então inexistente e que é muito mais forte do que aquele que pertencia a cada indivíduo isoladamente. E ainda que este Leviatã hobbesiano seja criado apenas no campo econômico, torna-se praticamente impossível evitar que o controle que ele exerce se espalhe para outras esferas da vida em sociedade. A descentralização é necessária, portanto, para reduzir o poder exercido de um homem sobre o outro. Seguindo este raciocínio, o autor defende que o sistema de propriedades privadas é a mais importante garantia de liberdade, uma vez que a divisão da propriedade sobre os meios de produção faz com que nenhum indivíduo, isoladamente, tenha poder excessivo sobre os demais, o que acontece nas sociedades em que tudo pertence a um só agente (ainda que este agente seja o Estado). Hayek combate ainda as críticas de que a propriedade privada é um privilégio, alegando que todos podem adquiri-la, estando sujeitos às mesmas regras.

Os totalitaristas enxergam uma vida acima da vida do indivíduo, aquela do povo, ou do Estado e esta visão pode tornar-se perigosa, já que, muitas vezes, agir em nome de um grupo parece dar o respaldo necessário para que o homem cometa atrocidades que são inconcebíveis quando se enxerga um indivíduo isoladamente. O nacionalismo exacerbado torna lícito um comportamento de defesa a qualquer custo dos interesses da nação, ainda que isso incorra em prejuízo às nações vizinhas, numa espécie de “egoísmo coletivo”, por mais paradoxal que isso possa parecer. Adere-se à idéia maquiavélica de que os fins justificam os meios, estando o fim em questão sujeito às interpretações e subjetividades compreendidas na busca pelo tão propalado “bem estar geral da nação”.

No totalitarismo o governo tem um poder completo sobre a posição de cada indivíduo. Mas uma civilização complexa como a nossa, diz Hayek, precisa basear-se, necessariamente, na capacidade de cada indivíduo de adaptar-se aos movimentos da história da maneira que lhe convier, assumindo para si os riscos de perdas e ganhos decorrentes de

suas atitudes. A imposição de uma segurança econômica absoluta ameaça a liberdade, já que, para o autor, “De duas uma: ou tanto a escolha quanto o risco recaem sobre o indivíduo, ou ele é dispensado de ambos.” (p 120). O autor entende que, como indivíduos, devemos nos sujeitar a possíveis privações materiais com o objetivo de mantermos nossa liberdade. A idéia é compartilhada por Benjamin Franklin, que disse certa vez que “Aqueles que se dispõem a renunciar à liberdade essencial para adquirir uma pequena segurança temporária não merecem nem liberdade nem segurança”³. Ademais, Hayek defende que estes possíveis sacrifícios materiais não são nada exagerados, já que pelo menos comida, abrigo e roupa poderiam ser assegurados a todos no livre mercado.

Hayek propõe, então, que o Estado se ocupe unicamente de estabelecer e fazer cumprir leis gerais, que dêem uma certa previsibilidade ao mercado, e a partir das quais o indivíduo é o mais indicado para tomar as atitudes que deseja no momento e no lugar em que se encontra. O autor defende que um arcabouço institucional adequado é o “*legal embodiment of freedom*” e, na mesma linha, há quem diga que o homem é livre quando ele não precisa obedecer a ninguém além das leis. Em uma sociedade competitiva ninguém pode impedir um homem de tentar atingir seus objetivos, e é isso que importa para estes autores. O sucesso na busca de resultados, para eles, depende só do indivíduo, e não dos favores das autoridades, como acontece nas sociedades centralizadas. “Dentro das regras conhecidas do jogo, o indivíduo é livre de procurar realizar suas finalidades e desejos pessoais, certo de que os poderes do governo não serão empregados no propósito deliberado de fazer malograr seus esforços” (p 70).

Hayek defende que foram as forças impessoais do mercado que tornaram possível o desenvolvimento da civilização atual e, para ele, a única maneira de fugir desta submissão às forças do mercado é submetendo-se à força de um homem, o que é muito pior. Para o autor, quanto mais o Estado planeja, mais difícil torna-se ao indivíduo planejar, sobretudo porque é tirada do indivíduo a liberdade de planejar seus gastos. O dinheiro, ao contrário do que dizem alguns críticos do capitalismo, seria “um dos maiores instrumentos de liberdade já inventados pelo homem” (p 85). Isso, pois ele contém em si um infindável leque de opções de consumo, dando a liberdade àquele que o detém de gastá-lo como quiser. Enquanto isso, nas economias centralizadas, uma parte da riqueza dos homens lhes é

³ In Hayek (1977, p 125)

disponibilizada na forma de bens ou serviços públicos, retirando deles a liberdade de escolha.

Alexander De Tocqueville propõe que a liberdade do homem vem da democracia. A opinião não é compartilhada por Hayek, que defende que a democracia é essencial, mas não suficiente para garantir a liberdade do indivíduo. A democracia, que para o autor só pode existir no capitalismo, seria um importante obstáculo à supressão da liberdade, mas outros fatores devem ser levados em conta, já que “a liberdade política nada significa sem a liberdade econômica” (p 95).

O individualismo deveria lutar, então, para que cada homem seja autorizado, dentro de certos limites, a perseguir seus próprios valores e preferências, e não os de outrem. “São esses reconhecimentos do indivíduo como juiz supremo dos seus próprios objetivos, e a crença de que suas idéias deveriam governar-lhe tanto quanto possível a conduta, que formam a essência da atitude individualista” (p 56). A moral ganha, cada vez mais, o papel de mera delimitadora dos limites dentro dos quais os indivíduos podem comportar-se como quiserem. O liberalismo não é e nem pode ser moralista já que, segundo Hayek, não se pode conceber que exista um princípio geral de justiça ou equidade comum a toda a sociedade. Os valores morais seriam recriados diariamente por cada indivíduo e por suas decisões. A verdade tem “por único juiz a consciência individual” (p 154).

Hayek defende que fora da esfera individual não há nem bondade nem maldade, já que cada um deve ser juiz de si próprio e de suas ações. A solidariedade que não é individual também é vã, e ela só passa a ter méritos quando ela é fruto de uma opção pessoal. Uma sociedade feita para a prática de boas coisas não tem do que se vangloriar, já que os indivíduos não são livres para escolherem entre a adoção ou não de tal postura.

O sacrifício da liberdade individual só é concebível em situações de guerra ou de grandes desastres, tendo em vista o retorno à liberdade no longo prazo. Do ponto de vista econômico, Hayek diz que o Estado pode agir anti-cíclicamente em momentos de crise, voltando a sua postura original tão rápido quanto possível. Exceções à parte, as únicas restrições à liberdade que os indivíduos devem aceitar são aquelas que julga necessário sejam impostas sobre todos os outros homens. Às forças impessoais do mercado cabe a mera coordenação dos esforços individuais, tendo-se sempre em mente que “uma política

de liberdade para o indivíduo é a única política que verdadeiramente leva ao progresso” (p 224).

b. Marx: *Manifesto do Partido Comunista*

Quase um século antes que Hayek escrevesse “O Caminho da Servidão”, Karl Marx já realizara, em companhia de Friedrich Engels, um aprofundado estudo sobre a posição do indivíduo dentro do sistema capitalista, atentando sobretudo para seu papel enquanto agente de transformações. “Manifesto do Partido Comunista”, de 1848, apresenta uma visão sobre o assunto que é bastante distinta daquela do economista austríaco, já que para Marx o capitalismo restringe a liberdade do homem em favor da liberdade do capital. . “Na sociedade burguesa, o capital é independente e pessoal ao passo que o indivíduo que trabalha não tem nem independência nem personalidade”⁴.

Marx percebe que no sistema capitalista a imensa maioria da população, desprovida de meios de produção que não a própria força de trabalho, é obrigada a vender-se no mercado com o fim de obter um salário e garantir sua sobrevivência e de sua família. Ele entende que no capitalismo o trabalhador torna-se um mero apêndice das máquinas, desprovido de independência e até mesmo de seu caráter humano. “Esses trabalhadores que são obrigados a vender-se diariamente, são uma mercadoria, um artigo de comércio, sujeitos, portanto, às vicissitudes da concorrência, às flutuações do mercado” (p 99). Há uma inversão de valores de modo que o papel central da sociedade e das relações sociais é ocupado pelo capital, tendo o indivíduo a função única de reproduzi-lo o mais rapidamente possível. Para o autor, a burguesia perdeu o controle sobre os meios de produção, assim como um feiticeiro sobre seus poderes.

O capitalismo destruiu os laços entre os homens, deixando como única forma de relação o pagamento. Neste sistema, as relações sociais se dão em princípio entre as mercadorias, que são intercambiadas no mercado, e somente a partir desta relação entre as coisas surge a relação entre os homens, na forma de compradores ou vendedores. É a reificação do homem. O “cálculo egoísta”, ponderando valores de uso e de troca, determina a conduta humana (ou semi-humana).

⁴ Todas as citações de Marx são de “Manifesto do Partido Comunista”

Além disso, na medida em que são as máquinas que executam as tarefas, sendo simplesmente operadas pelo homem, extingue-se a diferença do trabalho e, portanto, a diferença entre os trabalhadores. A distinção entre homens, mulheres e crianças desaparece com a evolução da indústria moderna, já que são todos meros apêndices das máquinas. Ademais, a maioria das ocupações, por mais nobres que sejam, são reduzidas ao grupo dos “assalariados”, não sendo vistas em suas especificidades. O único objetivo é obter recursos suficientes para sobreviver, e com este fim o trabalhador torna-se escravo da máquina, do contra-mestre e, em última instância, do dono da fábrica.

Os capitalistas defendem a propriedade privada como a base de toda a liberdade pessoal. Marx argumenta, no entanto, que o trabalho não cria propriedade para o trabalhador, mas cria capital, a ser apropriado pelo capitalista que, portanto, tem como propriedade algo que não é fruto de seu trabalho. O capital só pode ser posto em movimento pela coletividade e, portanto, é um fruto (e um bem) da coletividade. A abolição da propriedade privada é, para o autor, “a abolição da individualidade burguesa, da independência burguesa e da liberdade burguesa”. Visto que esta liberdade é a liberdade do comércio, que suprimira todas as outras liberdades, sua abolição é a recuperação das outras liberdades para a população como um todo.

A liberdade típica do capitalismo é a liberdade de ter, garantida pelo direito de propriedade privada. No entanto, a liberdade que é importante ao homem é a liberdade de ser e de desenvolver-se, que só seriam obtidas, para Marx, no comunismo. E apenas quando a liberdade do indivíduo for uma realidade, a liberdade coletiva tornar-se-á possível: “o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos” (p 113).

Outro aspecto interessante do olhar de Marx sobre o indivíduo diz respeito a seu potencial de transformar a realidade. Para o autor o homem conta, intrinsecamente, com a possibilidade de, unindo-se a outros homens, rebelar-se contra o meio e modificá-lo. Entretanto isso só ocorreria quando os indivíduos chegassem a um grau tamanho de descontentamento que os impelisse a atitudes mais drásticas. Assim, o capitalismo, quando reduz o ódio dos indivíduos através do assistencialismo ou do *panis et circenses*, os afasta de seu papel de agente de transformação da sociedade, determinando a manutenção do *status quo*. Esta inércia social, para Marx, seria também fruto da submissão às instituições

burguesas, que teriam a finalidade única de manter as coisas como estão. “A lei, a moral, a religião são para ele preconceitos burgueses, atrás dos quais se ocultam outros tantos interesses burgueses” (p 103). A supressão destas instituições burguesas seria, para o autor, fruto da evolução da história e conduziria o homem, no longo prazo, a uma sociedade onde o indivíduo pode se desenvolver plenamente, a sociedade comunista.

c. Considerações sobre as visões dos autores

Por mais diametrais que se mostrem, as visões apresentadas de Friedrich Hayek e Karl Marx baseiam-se em uma premissa básica e comum que é, inclusive, o que dá força e importância ao debate: a possibilidade de que cada homem exerça plenamente sua individualidade é condição essencial ao desenvolvimento humano. Qualquer que seja a organização social, deve-se inequivocamente atentar para a questão do indivíduo e de sua relação com o meio, com os outros, com seu trabalho e consigo mesmo. Ambos autores parecem concordar, também, na importância atribuída às relações econômicas enquanto determinantes das demais esferas da vida em sociedade. Mais do que isso, defendem que um, e apenas um sistema sócio-econômico é capaz de garantir ao indivíduo sua plena realização: capitalismo liberal para um, comunismo para o outro.

Entretanto, apesar de perceberem um mesmo problema, os autores o abordam de maneiras bastante distintas. O austríaco parece enxergar com maior temor as “amarras” institucionais que uma sociedade pode exercer sobre o indivíduo. Não por acaso, o autor faz uma árdua defesa do livre mercado, dizendo que o Estado deve limitar-se a garantir as condições mínimas e necessárias para que os indivíduos realizem seus empreendimentos da maneira mais espontânea possível. Marx, por sua vez, tenta lançar um olhar mais profundo sobre a questão, percebendo que, por trás das instituições, existem outros questionamentos a serem feitos. Para ele, a própria relação entre homem e capital, da maneira como ocorre no capitalismo, destrói a individualidade humana, qualquer que seja a institucionalidade vigente. A liberdade do homem só seria obtida através de transformações profundas na sociedade.

Até mesmo Schumpeter, reconhecidamente um defensor do capitalismo concorda que, por vezes, este sistema exige uma disciplina autoritária maior do que a do socialismo,

ainda que esta disciplina não seja facilmente perceptível pela população. A ausência de um Estado dominador não significa liberdade ao indivíduo, já que as formas de controle transcendem a simples coerção física que poderia ser imposta por um governante. Não se pode deixar de considerar que a conduta humana no capitalismo está intimamente ligada à busca incessante pelo bem-estar material, e isso exige de cada um atitudes que no fundo são determinadas pelo sistema, e não individualmente.

Seguindo em seu raciocínio, Hayek propõe que a garantia da propriedade privada é condição *sine qua non* para que o respeito ao indivíduo seja viável. Isso, pois ele entende que, estando todos sujeitos às mesmas leis, estão em condição de igualdade na busca pelos meios materiais. Fukuyama (1992) acrescenta que o capitalismo permite que as pessoas se posicionem na hierarquia social mais em função de suas habilidades e educação do que de privilégios herdados. Os autores parecem ignorar o fato de que, para além da mera questão legal/institucional, existe um conjunto de fatores que impede que grande parte da população tenha acesso às condições materiais mínimas de sobrevivência. Além disso, diria Marx, o sistema é organizado de uma tal maneira, que mesmo aquilo que a classe proletária produz acaba sendo incorporado pela classe capitalista, em um processo que só contribui para o aumento da concentração de renda.

Hayek desconsidera, inclusive, o fato de que nem todas as pessoas se aproveitam do progresso material da mesma maneira. O autor afirma que o desenvolvimento da tecnologia, resultado certo da engenhosidade de uma humanidade que é deixada livre para realizar seus empreendimentos, gera benefícios a todas as classes sociais. A realidade mostra o contrário e, na verdade, só vem corroborar a lei marxista do “pauperismo” já que, na medida em que o capitalismo exige e promove concentração de renda, acentua a miséria de grande parte da população.

Outra grande diferença entre os autores diz respeito à maneira como enxergam o trabalho no capitalismo. Não há como negar que o homem dedica grande parte da vida a seu ofício e, sendo assim, o respeito à individualidade deve passar necessariamente pela escolha que cada homem faz quanto a sua ocupação. Evidentemente esta escolha nunca foi e nunca será absolutamente irrestrita, mas o que se percebe é que, cada vez mais, a possibilidade de optar diminui. Enquanto uma pequena parcela da população se aproveita da crescente divisão social do trabalho para especializar-se em determinadas funções, a

imensa maioria da humanidade submete-se a qualquer tipo de serviço que lhe garanta um mínimo de recursos necessários à sobrevivência. O “exército de reserva” tira do proletário a possibilidade de escolher sua ocupação. Mais do que isso, o simples fato de poder trabalhar passa a ser um privilégio em meio a tantos desempregados. Fukuyama (1992, p 353) percebe que “com a divisão do trabalho aparecem diferenças na dignidade de diversas ocupações: lixeiros e trocadores de ônibus sempre serão tratados com menor respeito do que neurocirurgiões ou astros do futebol, e o desempregado tem menos dignidade ainda”; e à maioria dos indivíduos cabe apenas aceitar a ocupação que lhes é possível exercer, sem nenhuma liberdade de escolha.

Com relação ao desempregado, a situação é ainda mais delicada. O proletário, conforme Marx, coloca a venda no mercado o único bem de que dispõe: sua força de trabalho. Quando não encontra ninguém interessado em adquiri-la, o homem se vê totalmente desprovido de recursos e sem condições de garantir a própria sobrevivência e de sua família. O homem perde a auto-estima e não se vê mais como alguém capaz, digno, enfim não se vê mais como um indivíduo.

Hayek não percebe esta problemática, dentre outras coisas, porque entende que, mais do que o trabalho, o que permite ao homem o livre exercício de sua individualidade é o que fazer com o fruto de seu trabalho. O autor defende que, uma vez tendo trabalhado, cada indivíduo deve ter total liberdade para escolher como despender as riquezas que acumulou. Não por acaso, ele propõe ser o dinheiro um instrumento essencial à liberdade humana, já que sua aceitação irrestrita permite que seu detentor o gaste onde quiser. Mais uma vez o austríaco parece não perceber as heterogeneidades inerentes ao capitalismo. Sem dúvida a posse de dinheiro permite que a elite escolha, dentro de um amplo leque de opções onde gastar. Mas às classes mais baixas não há quase nenhuma margem de escolha, já que, por vezes, nem as condições básicas de sobrevivência lhes estão garantidas.

Mesmo em relação ao gasto das classes mais abastadas a possibilidade de escolha é questionável. Isso, pois o poder da mídia e de sua propaganda é algo que excede aquilo que se pode supor através de análises mais superficiais. Hayek percebeu o perigo que representou a mídia socialista, soando como uma voz uníssona na mente da população. Entretanto, o autor não atentou para o fato de que, no capitalismo desregrado, o fenômeno é o mesmo, mudando apenas os agentes de dominação. Quando o mercado torna-se soberano

ele passa a controlar a mídia de maneira irrestrita, e a usá-la como um meio extremamente perigoso de controle da população. O chamado “quarto poder” age incessante e eficientemente sobre o homem, determinando seus gostos, seus prazeres, sua conduta. A mídia, a serviço do mercado, impede que o homem tome consciência de sua individualidade. Para piorar, todo esse processo de dominação é subliminar, dando ao homem a falsa impressão de estar livre de amarras. Por ser inconsciente, todo este controle é dificilmente percebido e combatido, o que o torna incomparavelmente mais perigoso.

Para Dejours (1988, p 137), “o trabalhador acaba por confundir com seus desejos próprios a injunção institucional que substituiu seu livre-arbítrio”, em um complicado processo de alienação. Schumpeter, também destaca que o desejo realmente individual não é facilmente observável, já que o homem sofre influências do meio em que vive; no trecho abaixo ele trata do desejo individual dentro da esfera política, mas aborda problemas que afligem o homem em todas as áreas de sua vida e da vida em comunidade:

“Ficamos (...) com a necessidade prática de atribuir à vontade do *indivíduo* uma independência e uma qualidade racional que são de todo irrealistas. Para podermos argumentar que a vontade dos cidadãos *per se* é um fator político merecedor de respeito, ela primeiro deve existir. Ou seja, ela deve ser algo mais que um feixe indeterminado de impulsos vagos que volteiam em torno de palavras de ordem ou de impressões equivocadas. Todos teriam de saber precisamente o que desejam. Essa vontade definida teria de ser implementada pela capacidade de observar e interpretar corretamente os fatos diretamente acessíveis a todos e joeirar criticamente as informações sobre os fatos que não o são. Finalmente, dessa vontade precisa e desses fatos verificados ter-se-ia de tirar uma conclusão clara e *pronta* quanto às questões particulares, de acordo com as regras da inferência lógica – com um grau tão alto de eficiência feral, ademais, que se pudesse dizer da opinião de qualquer um, sem absurdo manifesto, ser tão boa quanto a de qualquer outro. E tudo isso o cidadão típico teria de realizar por si mesmo e independentemente de grupos de pressão e da propaganda, pois desejos e inferências impostos ao eleitorado não se

qualificam, obviamente, como dados últimos do processo democrático.”
(Schumpeter: 1984, p 318)⁵.

⁵ Grifos do próprio Schumpeter

4. Impactos da sociedade capitalista sobre o indivíduo

a. Lasch: *A Cultura do Narcisismo*

Christopher Lasch, em seu livro “A Cultura do Narcisismo”, faz também uma envolvente análise das implicações do capitalismo sobre a vida em sociedade e, sobretudo, sobre o indivíduo, concordando com Marx na proposição de que a sociedade contemporânea estilhaça a individualidade. O autor defende que o sistema capitalista rompeu os vínculos de dependência pessoal que marcaram regimes sociais pretéritos (com relação a reis, senhores...), mas fez reviver esta dependência sob uma diferente roupagem: a mercantil. O capitalismo “rejeitou a hegemonia de sacerdotes e monarcas somente para substituí-la pela hegemonia da corporação comercial” (p 263)⁶.

Este novo padrão de dependência é ainda mais perigoso do que os antigos, já que as formas hierárquicas de organização são camufladas pela dita “participação social”. “A aparência de permissividade esconde um sistema de controle rigoroso, tão mais efetivo porque evita confrontações diretas entre autoridades e as pessoas sobre as quais procuram impor sua vontade” (p 223). Como não há um autoritarismo explícito, os oprimidos não se rebelam; a retórica das “oportunidades iguais para todos” e das “regras claras do jogo” mantém as massas inertes.

Para piorar, o controle social não mais se restringe ao “homem econômico”, tendo ampliado seu alcance ao “homem total”. O indivíduo não é mais regulado apenas no que diz respeito ao seu trabalho, mas também em sua vida privada. Para Dejours (1988), a organização do trabalho “taylorizado” é tão rígida, que contamina a vida humana em todos os momentos, levando as pessoas a manterem a pressa e o planejamento laborais até mesmo em seu tempo de lazer (até porque o lazer, cada vez mais, exige dinheiro). O homem está a serviço da lógica capitalista de maneira ininterrupta: quando trabalha e quando descansa, quando produz e quando consome. No entanto, como tudo isso ocorre de maneira velada e sob a égide de uma liberdade tida como inédita na história da humanidade, as tensões sociais não assumem uma forma política. Dado, porém, que suas origens não são

⁶ Todas as citações de Lasch são de seu livro “A Cultura do Narcisismo”.

removidas, mas apenas ocultas, elas acabam se manifestando através de outros canais, sobretudo a violência.

Adam Smith apregoara, ainda no século XVIII, que a divisão social do trabalho aumentava a dependência das pessoas em relação à produção alheia. No início, porém, esta divisão estava restrita à esfera produtiva. Lasch chama atenção para o fato de que, cada vez mais, esta divisão avança no campo dos serviços, tirando crescentemente a autonomia de cada cidadão. De encanadores a terapeutas, as especializações aumentam, em um movimento que parece afastar o homem cada vez mais de sua própria natureza, de um ser que, apesar de viver em comunidade, conta com instintos e capacidades inatas, que lhe permitiriam lidar, muitas vezes por conta própria, com os obstáculos do dia-a-dia. Um exemplo alarmante é o da maneira como os pais educam seus filhos. A maternidade (paternidade) e seus atributos são inerentes à condição humana, mas as mães atuais dependem, às vezes de maneira patológica, de especialistas do ramo. Sentem-se incapazes de criar seus filhos sem o apoio de psicólogos, educadores e nutricionistas, abandonando a espontaneidade e a sabedoria instintiva para seguirem as orientações de profissionais. Os pais, ao invés de educarem seus filhos, apenas gerenciam o processo de educação (escola, médico, ...). O indivíduo depende crescentemente das organizações e, como não poderia deixar de ser, acaba sendo controlado por elas. O homem envolve-se em complexas teias de relações econômicas, de transação de bens e prestação de serviços, enquanto as relações pessoais são cada vez mais superficiais.

O indivíduo em si, e a sociedade como um todo, perderam tanto a capacidade quanto a vontade de lutar contra as dificuldades que os ameaçam. Segundo Lasch, deixaram-se levar pelas mudanças, adaptando-se a elas com a formação de um novo homem: o narcisista. Nas palavras do próprio autor:

“Novas formas sociais requerem novas formas de personalidade, novos modos de socialização, novos modos de se organizar a experiência. O conceito de narcisismo proporciona-nos não um determinismo psicológico feito sob medida, mas um meio de compreender o impacto psicológico das recentes mudanças sociais – admitindo-se que tenhamos em mente não só suas origens clínicas, mas a série contínua entre a patologia e a normalidade. Proporciona-

nos ele, em outras palavras, um retrato toleravelmente agudo da personalidade 'liberada' de nossos dias, com seu encanto, sua pseudoconsciência de sua própria condição, seu pansexualismo promíscuo, seu fascínio pelo sexo oral, seu temor da mãe castradora, sua hipocondria, sua superficialidade protetora, sua evitação da dependência, sua incapacidade de sentir pesar, seu horror à velhice e à morte.

O narcisismo parece realisticamente representar a melhor maneira de lutar em igualdade de condições com as tensões e ansiedades da vida moderna, e as condições sociais predominantes tendem, em conseqüência, a fazer aflorar os traços narcisistas presentes, em vários graus, em todos nós” (p 76).

Sennett entende que as relações sociais no mundo atual se tornaram tão áridas e desinteressantes, que as pessoas voltaram-se para si mesmas. “Multidões de pessoas estão agora preocupadas, mais do que nunca, apenas com as histórias de suas próprias vidas e com suas emoções particulares; esta preocupação tem demonstrado ser mais uma armadilha do que uma libertação” (Sennett: 1999, p 17). Isto, pois as pessoas voltam-se para si, mas ao se olharem têm dificuldade de se enxergar, já que sua individualidade está destruída.

Vivemos, segundo Lasch, em um mundo de guerra de todos contra todos. Esta situação caótica e a cultura do individualismo competitivo levadas ao extremo tiveram como produto final o novo homem narcisista, cuja principal característica é a de não reconhecer a própria existência, dependendo da admiração do outro para se enxergar. A auto-estima deste indivíduo é falha, já que ele não é capaz de se admirar sem contar com a admiração alheia. Sennett chega a afirmar, inclusive, que o narcisismo é o “justo oposto do forte amor-próprio”.

O narcisista, então, não tem o mínimo interesse pelo outro, e o procura apenas para sentir-se admirado. Para tanto, esforça-se em manter uma aparência irretocável e mesmo invejável, sem que esta imagem tenha necessariamente relação com a realidade que vive. Vivemos como se estivéssemos o tempo todo sendo filmados e, à semelhança das personagens de George Orwell em “1984”, deixamos um sorriso constante em nossos rostos. Sennett (1999, p 320) entende que o homem atual se mostra em “uma tentativa cada vez maior de se retrair de todo contato com os outros, de se proteger pelo silêncio, até

mesmo de parar de sentir a fim de não demonstrar sentimentos”. O sociólogo Erving Goffman⁷ propõe que um importante elemento do mal-estar contemporâneo é o fato de que, apesar de sermos seres naturalmente inconstantes, não podemos demonstrar nossos altos e baixos, já que estamos incessantemente interpretando para uma platéia exigente.

Mas apesar da aparência de plenitude, as pessoas sentem-se vazias e estão sempre em busca de um sentido para a vida, da felicidade a qualquer preço. Justamente por duvidarem da própria existência e por não haver esperanças quanto ao futuro, a lei é viver para si e para o momento. Uma sociedade que teme não ter futuro não dá atenção às gerações futuras e o horizonte temporal do homem se reduz, segundo Schumpeter (1984) a sua expectativa de vida. O que não percebem, porém, é que esta busca inquestionável do prazer próprio leva a uma inércia política que só contribui para manter as coisas como estão. Lasch entende que a propaganda, que incentiva com uma violência assombrosa a busca pelo prazer, defende o consumo como uma alternativa ao protesto e à rebelião. Procura-se sim a mudança, mas nas coisas superficiais, como por exemplo a moda, deixando inalteradas as bases de sustentação da sociedade.

Este hedonismo, para o autor, chega a seus limites no mundo contemporâneo. “Em uma sociedade que reduziu a razão a mero cálculo, esta pode deixar de impor limites à busca do prazer. Pois os padrões que poderiam condenar o crime ou a crueldade derivam-se da religião, da compaixão ou do tipo de razão que rejeita aplicações puramente instrumentais; e nenhuma destas formas ultrapassadas de pensamento ou sentimento tem qualquer posição lógica em uma sociedade baseada na produção de mercadorias” (p 98). O Marquês de Sade chega a afirmar, inclusive, que as liberdades sob o capitalismo resumem-se na mesma obrigação universal de sentir e de proporcionar prazer. “O puro individualismo resultou, assim, no repúdio mais radical da individualidade”⁸. A glorificação do indivíduo culminou, paradoxalmente, em seu aniquilamento. Isso, pois um indivíduo só existe em relação aos outros; ele surge do trato social, que é cada vez mais superficial.

A busca pelo prazer faz do homem atual um ser extremamente ganancioso, que exige sempre gratificação imediata. Ele vive em estado de desejo, estando perpetuamente

⁷ In Lasch (1983)

⁸ In Lasch (1983)

insatisfeito. Entretanto, esta ganância diz respeito apenas a aspectos irrisórios da vida, mas que hoje são tidos como centrais em função da publicidade capitalista, como o consumo ou o *status*. Tocqueville (in Fukuyama: 1992, p 371) descreve apropriadamente a questão: “Enorme multidão de homens, todos iguais e semelhantes, entregues ao esforço incessante de encontrar os insignificantes e triviais prazeres com que abarrotam suas vidas. Cada um deles, vivendo separado, é estranho ao destino de todo o resto; seus filhos e amigos particulares constituem para ele toda a humanidade. Quanto ao resto de seus concidadãos, está perto deles, mas não os vê; toca-os, mas não os sente; existe só para si mesmo”.

Segundo Guy Debord a mídia fabrica, ininterruptamente, “pseudo” necessidades, renovadas com a mesma velocidade em que as pessoas as satisfazem, de maneira a evitar a saciedade⁹. Para Schumpeter, é isso que move o capitalismo, já que tudo o que os empresários fazem é criar e saciar necessidades. Porém, ao se verem permanentemente precisando de alguma coisa, as pessoas nutrem um auto-desprezo que lhes corrói internamente. A produção em massa exige o consumo em massa e a cultura de massas, determinada pela mídia capitalista. Se Hayek temia o discurso uníssono da propaganda socialista, talvez tenha sido por não perceber que o sistema mercantil também coíbe a pluralidade de pensamento.

Outro efeito da publicidade capitalista, para Lasch, foi fazer com que o trabalho deixasse de ser uma “obrigação moral” para tornar-se meramente um meio que possibilita o consumo. Se a ética protestante, de acordo com Weber, fora essencial à formação do capitalismo, hoje ela estaria sendo superada por uma ideologia ainda mais condizente com a lógica do capital. Não só neste aspecto, mas também no foco temporal que se dá ao gozo dos frutos do trabalho. Sob a égide do protestantismo valorizava-se, segundo Lasch, o homem que vivia para o futuro. Mas, na medida em que o futuro se torna incerto, “só os tolos deixam para o dia seguinte o prazer que podem ter hoje” (p 80). Espera-se não tanto prosperar no médio e longo prazo, ou deixar algo para as gerações futuras, mas sobreviver a cada dia, buscando sempre a admiração dos outros. Admiração esta, que surge da comparação, da competição.

No capitalismo contemporâneo, portanto, o sentimento de realização não vem da própria vida, mas da comparação com a vida dos outros. Adotou-se o discurso, sobretudo

⁹ In Lasch (1983)

nos EUA, de que a mobilidade social depende unicamente da iniciativa individual, já que todos estão, teoricamente, sob igualdade de condições. Admira-se, assim, o “homem que se faz por si mesmo” e que “vence na vida”. Desta maneira, o narcisista faz com que o sucesso se torne um objetivo em si, em mais uma das inúmeras inversões entre meios e fins que caracterizam a sociedade contemporânea. Para Lasch, o “sucesso foi esvaziado de qualquer sentido além do seu próprio [e] os homens nada possuem para medir seus próprios feitos, a não ser os feitos de outros homens” (p 87). Nesta busca irracional, entretanto, Beecher propõe que o “homem é tão ocupado que não sabe se é feliz ou não”¹⁰. Lasch concorda que os anseios não são satisfeitos, propondo inclusive que “a ideologia do crescimento pessoal, superficialmente otimista, irradia um profundo desespero e resignação” (p 78). Para ele, a vida é encarada como uma corrida de obstáculos, em que tentamos chegar ao fim desviando dos problemas e sofrimentos. “As pessoas deixam de sonhar com a superação de dificuldades, mas simplesmente passam a sobreviver a elas” (p 75), e a única coisa que importa é que possamos chegar na frente dos outros... ou pelo menos de alguns... ou pelo menos de alguém.

Para o narcisista, a sociedade se divide em dois grupos: grandes, ricos e famosos de um lado; pessoas comuns de outro. Deve-se portanto buscar, a qualquer preço, fazer parte do primeiro grupo, que conta com a admiração alheia. A mídia contribui com esta motivação, já que intensifica os sonhos narcisistas de fama e glória, levando-nos a odiar o “rebanho” dos comuns e a exigir dele o respeito. A propaganda moderna tornou insuportáveis o fracasso e a perda, fazendo com que as pessoas nutram fantasias de onipotência quando, na verdade, não confiam em suas próprias capacidades. “O novo Narciso olha para seu próprio reflexo, não tanto por admiração, mas por uma incessante procura de imperfeições, sinais de fadiga, decadência” (p 123). Apesar disso (ou, talvez, justamente por não confiar em si), ele tenta vender a própria imagem de maneira irretocável, como se sua personalidade fosse uma mercadoria, com um valor de mercado, e que depende de publicidade. Uma vez que a degradação do trabalho tornou as habilidades e a competência cada vez mais irrelevantes para o processo produtivo e para o bem-estar material, a apresentação do “eu” como uma mercadoria útil (e melhor do que as concorrentes) se faz ainda mais necessária. Por sua característica de buscar a vitória

¹⁰ In Lasch (1983)

passando por cima dos outros e sem qualquer lealdade à empresa, ao Estado ou aos outros, o narcisista muitas vezes encontra sucesso profissional, mas que não se traduz em paz de espírito.

Esta maneira de lidar com a esfera profissional, segundo Lasch, é “ensinada” desde os primeiros anos de vida do indivíduo. Para o autor, desde a consolidação da Revolução Industrial a escola passou a ter o propósito básico de adequar o homem ao trabalho. As instituições de transmissão de cultura (escola, Igreja, família), ao invés de se oporem às tendências narcisistas, foram modeladas à sua imagem, em um processo de profunda deterioração do sistema educacional. Deterioração que reflete, para ele, uma demanda social declinante de iniciativa e empreendimento, além de uma tentativa metódica de evitar o acaso, ou as coisas que fogem às “regras gerais” do sistema. A educação em massa serviria apenas à manutenção das coisas, sem o intuito de criar nada de realmente novo. A evolução social subordina o indivíduo ao “destino da raça”. R. P. Blackmur afirma que “esta é, talvez, a forma de sociedade mais dispendiosa e esbanjadora de talento humano que a humanidade já produziu”¹¹. Há quem diga, inclusive, que a luta diária pelo sustento próprio reprime talentos culturais que poderiam ser potencializados em uma sociedade socialista, onde as preocupações econômicas não estariam exclusivamente a cargo de cada indivíduo.

Lasch entende que a escola assumiu muitas funções que outrora eram das famílias no que tange ao processo de educação das crianças. Com a divisão social do trabalho, a criança não acompanha mais o pai, e não o vê trabalhando. Os pais saem de casa e não mais conduzem o desenvolvimento dos filhos, não os ensinam as atividades básicas de subsistência. Desta maneira, as crianças não formam “identificações psicológicas fortes com seus pais”. Por fim, com o intuito de suprir a ausência, os pais agem de maneira superficial na tentativa de demonstrar carinho pelos filhos, mas a formação dos vínculos está irremediavelmente danificada. Além disso, esta ausência da autoridade parental gera nas crianças um superego “distorcido” e superdesenvolvido, que gera culpa, variações na auto-estima, depressão.

Esta diminuição do papel da família enquanto criadora dos filhos, associada ao empobrecimento da vida comum acabou fazendo com que o sexo assumisse o centro da

¹¹ In Lasch (1983)

relação conjugal. Isso revela uma busca desesperada por relações pessoais íntimas, não havendo a percepção de que esta intimidade é ilusória, já que não transcende os aspectos físicos. Tanto a relação pai/filho quanto aquela entre marido e mulher foram debilitadas pelo desenvolvimento do sistema, já que “a inveja e a exploração dominam até mesmo as relações mais íntimas” (p 77).

Paradoxalmente, o culto da intimidade, enunciado acima, origina-se não da afirmação da personalidade, mas de seu colapso. As pessoas buscam de maneira sedenta ter acesso à intimidade alheia, através de revistas e programas de televisão, justamente porque não a vivem de maneira intensa na esfera pessoal. Em suas próprias vidas, as pessoas desejam a intimidade, mas ao mesmo tempo a temem, já que ela pode significar dependência. Procura-se manipular as emoções do parceiro, sem ser manipulado. O indivíduo ao mesmo tempo quer e evita relacionamentos mais profundos, determinando relações emocionais superficiais.

Fukuyama (1992, p 390) propõe que “Os princípios econômicos liberais (...) tendem a atomizar e separar as pessoas. As demandas da educação e a mobilidade da mão-de-obra significam que, nas sociedades modernas é cada vez menor o número de pessoas que vivem nas comunidades onde cresceram, ou onde suas famílias viveram, antes delas. Sua vida e seus contatos sociais são mais instáveis, porque o dinamismo da economia capitalista significa mudanças constantes do local e da natureza da produção e, portanto, do trabalho. Nessas condições, torna-se mais difícil criar raízes numa comunidade ou estabelecer laços permanentes de amizade com companheiros de trabalho ou vizinhos. Os indivíduos estão sempre se reequipando para novas carreiras em novas cidades. O senso de identidade proporcionado pelo regionalismo e pelo localismo diminui e as pessoas acabam por se recolher ao mundo microscópico da família, que levam de um lugar para outro como móveis de jardim”.

Mesmo quando o homem contemporâneo dá demonstrações de solidariedade, ela é restrita ao seu grupo de amigos, família, ou conterrâneos; o egoísmo persiste, sendo apenas transferido de um lugar para outro. Para Sennett (1999, p 325), “O próprio ato de compartilhar se torna cada vez mais centralizado nas decisões sobre quem deve e quem não deve pertencer a ela. (...) A fragmentação, a divisão interna, é a própria lógica dessa

fraternidade, uma vez que as unidades de pessoas que realmente pertencem a ela vão se tornando cada vez menores. É uma versão de fraternidade que leva ao fratricídio”.

O homem narcisista é superficialmente tolerante, mas vê o outro como rival. As pessoas são aparentemente sociáveis, porque isso é condição essencial para o sucesso, mas nutrem um ódio interior que, para Lasch, deixa a sociedade quase sem alternativas. Somos todos educados para cultivarmos uma “afabilidade comercializada”, mas por trás das máscaras ocorre uma competição feroz¹². O autor propõe que a vida privada se tornou tão tensa e hostil quanto o mercado: “À medida que a vida social se torna cada vez mais hostil e bárbara, as relações pessoais, que ostensivamente proporcionam alívio para estas condições, assumem o caráter de combate” (p 53)¹³.

Há uma desvalorização do outro, uma falta de curiosidade com relação a ele e uma perda de confiança, mesmo nas relações mais próximas, fazendo do “eu ideal” nada mais do que uma defesa. O mundo “aconselha as pessoas a não fazer investimentos muito grandes no amor e na amizade, a evitar dependência excessiva de outras pessoas e a viver o momento” (p 50). Não por acaso, busca-se compulsivamente, ao invés das relações amorosas, o sexo sem compromisso. O medo de ligações emocionais mais fortes leva as pessoas a preferirem a despersonalização do sexo, que incorrerá inequivocamente em problemas diversos tanto na esfera pessoal quanto nas relações familiares. Mas, apesar de toda a libertinagem, Lasch entende que o homem narcisista não tem paz sexual.

Outro fator apontado pelo autor como prejudicial às relações familiares é o rápido desenvolvimento da tecnologia, que torna os conhecimentos adquiridos no passado obsoletos, marginalizando a população idosa. Na sociedade atual observa-se o fim da transmissão inter-geracional de sabedoria, ocorrendo um isolamento dos idosos em relação aos mais jovens. Enquanto em outras culturas admira-se a “terceira idade” e procura-se aprender com os idosos, no capitalismo contemporâneo os velhos são tidos como inúteis e incapazes, já que têm dificuldades para se adaptar aos adventos da modernidade. Esta situação, associada ao culto do “eu” e das aparências leva a um terror indiscriminado da velhice. Ademais, gera um rompimento do sentido de continuidade histórica. Cada geração se isola em si mesma, havendo uma perda do senso de substituição e do interesse tanto pelo

¹² Segundo Erich Fromm, extraído de Lasch (1983)

¹³ Schumpeter (1984) concorda que o capitalismo cria uma hostilidade crescente.

passado quanto pelo futuro, caracterizando, nas palavras de Lasch, uma “sociedade pseudoprogressista em favor do *status quo*” (p 16).

Perdeu-se o interesse pelo futuro de uma tal maneira, que às vezes parece haver dúvidas até mesmo sobre a viabilidade da reprodução da sociedade. Muitas pessoas não querem ter filhos ou, quando os têm, não têm o sentimento de que os filhos os substituirão e darão continuidade à raça humana. Uma comunidade que tem dúvidas sobre deixar ou não descendentes, parece se colocar a questão de se vale à pena dar prosseguimento à vida da espécie. Schumpeter (1984, p 204) propõe que “indivíduos modernos (...), tanto na vida pública quanto na vida privada, tendem a dirigir a atenção para detalhes verificáveis de relevância utilitarista direta, e a desprezar a idéia de necessidades ocultas da natureza humana ou do organismo social”, como por exemplo a reprodução.

Isso ocorre, devido ao temor quanto ao futuro, mas talvez também por não enxergarem sentido na vida. “A burocracia tornou a vida previsível e mesmo tediosa, enquanto revivia, sob nova forma, a guerra de tudo contra tudo” (p 75). Para Lasch, o dia-a-dia da maioria das pessoas tornou-se uma chatice, e são as “maravilhas” da mídia que permitem uma fuga deste marasmo, contribuindo para que as pessoas não tenham desejos de mudança. Ademais, como as funções humanas foram reduzidas a uma rotina, “os homens procuram no jogo [esporte] as dificuldades – tanto intelectuais quanto físicas – que deixaram de encontrar no trabalho” (p 135). O risco, a ousadia e a incerteza não têm espaço no trabalho da maioria da população, levando alguns críticos à idéia de que “se todos tivessem trabalhos criativos, satisfatórios, não precisariam procurar a pseudo-satisfação de ser fãs” (p 149). Os sentimentos espontâneos, sejam eles de amor ou de raiva, são reprimidos pela educação em massa, e muitos buscam nos esportes uma válvula de escape para toda essa tensão.

Lasch propõe, em suma, que o capitalismo atual gera “desordens de caráter”, mudanças na organização da personalidade, havendo um direcionamento interior para o narcisismo. O homem narcisista é só, já que não busca no outro nada, senão a admiração. Ele não é capaz de perceber-se enquanto um indivíduo quando olha para si, dependendo sempre do olhar do observador. Além disso, a vida de todos é invadida cotidianamente por uma imensidão de imagens (sobretudo eletrônicas) que, para o autor, “minam nosso senso

de realidade” (p 73). Se Descartes se valeu do “*Cogito ergo sum*”¹⁴ para perceber a própria existência, o narcisista moderno parece fazê-lo através do álbum de fotografias da família, ou dos inúmeros lugares em que se vê enquanto um nome, uma imagem, enfim, uma terceira pessoa.

b. O indivíduo e o desenvolvimento

Muitos outros autores também estudaram a questão do indivíduo no interior do sistema capitalista, e os questionamentos não ficaram restritos ao campo das ciências econômicas, mas foram tratados por psicólogos, sociólogos e até em romances. Em 1932 é publicado na Inglaterra o livro “Admirável Mundo Novo”, de Aldous Huxley. Neste trabalho o autor imagina, de maneira romanceada, quais seriam os rumos da sociedade capitalista. Evidentemente muitas das “previsões” de Huxley são caricaturais, mas o que se percebe hoje, setenta anos depois do lançamento da obra, é que há muitos pontos em comum entre a realidade imaginada por Huxley e a sociedade em que vivemos.

Entendo que a tese central do livro “Admirável Mundo Novo” é a transformação do homem em “coisa”. A produção taylorista é aplicada à raça humana, com os bebês sendo produzidos em série e de acordo com as necessidades da sociedade: por exemplo, se o mundo precisa de um aumento da mão-de-obra braçal, são fecundados bebês próprios para este tipo de serviço. As pessoas não são vistas como indivíduos, mas como engrenagens do sistema. Esta visão assemelha-se ao conceito marxista de “reificação do homem”, segundo o qual as mercadorias assumem o centro das relações sociais do sistema capitalista e o homem torna-se um mero acessório.¹⁵

¹⁴ “Penso logo Existo”

¹⁵ Esta inversão entre meios e fins é tratada por Celso Furtado em “Pequena Introdução ao Desenvolvimento”, que coloca que o capitalismo deveria ser um instrumento para aumentar a riqueza das nações, mas muitas vezes é tomado como um fim em si. Esta irracionalidade faz com que a sociedade perca o norte e as mudanças percam seu sentido. Este é um ponto central em “Admirável Mundo Novo”, que retrata uma sociedade sem ambições e com a finalidade única de manter as coisas como estão; a organização social, que deveria ser um instrumento para que as vontades coletivas fossem alcançadas torna-se um fim em si. Desta maneira não há alternativas de sociedade, não há, aparentemente, possibilidades de mudança.

O desenvolvimento capitalista requer que a livre iniciativa não seja ilimitada, mas regrada. No entanto, esta normatização deve (em tese) ser absolutamente imparcial e impessoal; Schumpeter entende, inclusive, que no capitalismo as estruturas legais preencheram o espaço das relações pessoais. Neste sentido a sociedade proposta por Huxley pode ser entendida como o estágio último do desenvolvimento capitalista, em que as regras estão acima dos reguladores, deixando de serem instrumentos de promoção do bem-estar. Isso contribui para a ausência de alternativas de sociedade, já que se busca apenas obedecer às regras. No limite, isso acaba tanto com as opções da sociedade como um todo quanto com as opções individuais quanto ao modo de vida. Essa perda da capacidade individual de pensar, de criar e de tomar decisões é muito perigosa e é, cada vez mais, uma realidade que se constrói.

Esta situação torna-se ainda mais grave quando é oculta à população. O capitalismo se formou sob a égide de uma liberdade que, no fundo, é a liberdade do capital, e não do indivíduo. As idéias contrárias ao sistema são duramente combatidas (ainda que, às vezes, de maneira sutil). Como proposto por Huxley e indicado por Lasch, a mídia nos bombardeia com idéias que nos parecem inatas, mas que têm o objetivo de conservar a ordem atual.

Marx e Engels em “Manifesto do Partido Comunista” apresentam uma visão da posição do indivíduo dentro do capitalismo que, em alguns pontos, se assemelha com as idéias de Huxley, mas em outros, mostra divergências diametrais.

Encontra-se bastante semelhança na visão de ambas as obras sobre o trabalhador como um “apêndice da máquina”. Marx sugere que o aparecimento das máquinas extinguiu as diferenças entre os trabalhadores de baixa qualificação, suprimindo a individualidade. Huxley exagera o argumento propondo que o processo seria mais lucrativo se os capitalistas pudessem contar com gêmeos idênticos, que fariam todo o trabalho de maneira absolutamente igual e ritmada. Quem comanda o processo produtivo é o maquinário e não o homem. Dejours (1988) completa, dizendo que a organização capitalista do trabalho desapropria não só o saber do operário, mas também seu ritmo e seu tempo de adaptação, que são (ou deveriam ser) absolutamente subjetivos. Entretanto, continua o autor, se de um lado diminuem as diferenças entre os homens, sendo criada uma massa de trabalhadores

anônimos, por outro lado há uma individualização do homem frente aos sofrimentos e fracassos, fazendo com que as defesas sejam individuais e solitárias, ao invés de coletivas.

Marx defende ainda que o aumento das liberdades comerciais suprime cada vez mais as liberdades individuais. Enquanto no comunismo o trabalho acumulado (capital) seria uma maneira de beneficiar a vida dos trabalhadores, diz Marx, no capitalismo o trabalhador não é mais do que uma ferramenta para aumentar o capital.

A principal diferença entre Marx e Huxley na maneira de enxergar o indivíduo talvez seja quanto à possibilidade de promover transformações sociais. Huxley mostra em seu romance uma sociedade estática, com uma população absolutamente passiva e incapaz de propor alternativas ao capitalismo. O “Manifesto Comunista” por sua vez, propõe que o proletariado tem um caráter revolucionário intrínseco, e que o caminho natural da história levará a um momento em que os operários reunidos promoverão uma ruptura com o capitalismo. Na mesma linha, Schumpeter (1984, pág 186) propõe que “o capitalismo cria uma estrutura crítica de pensamento que, após destruir a autoridade moral de tantas instituições, ao final se volta contra a sua própria”.

Marx é claro, no entanto, quando coloca que a revolução seria fruto de um profundo descontentamento da classe proletária em relação ao capitalismo. Por este motivo, eliminar o ódio do proletariado em relação ao sistema (por exemplo, através do assistencialismo) seria eliminar o estopim do processo revolucionário. Quando o capitalismo logra diminuir o descontentamento da classe trabalhadora, ele a afasta de seu papel de agente de transformação da sociedade. Neste sentido o romance “Admirável Mundo Novo” torna-se condizente com as idéias marxistas, já que na sociedade proposta por Huxley não há descontentamento. As pessoas são condicionadas desde que nascem a desejarem apenas aquilo que lhes está ao alcance; desta maneira não há frustração, não há ódio, não havendo a força motriz necessária para eventuais alterações no sistema. Huxley não percebe, porém, que as contradições do capitalismo encontram-se na própria estrutura do sistema, sendo impossível disfarçá-las, já que elas não dizem respeito aos indivíduos isoladamente, mas à maneira como se organiza a sociedade. Isso ocorre pois, ao invés de concentrar sua crítica nos fundamentos do capitalismo, o autor enfoca apenas alguns dos frutos do sistema, mais precisamente a questão da tecnologia e da burocracia.

Fukuyama também imagina um fim da história que, no entanto, é bastante diferente daqueles propostos por Marx e Huxley. Ele entende que, apesar de todos os problemas que apresenta, a democracia liberal capitalista é o melhor sistema possível, e que todos os países caminharão para ela com o progresso da história, já que apenas nela o homem pode se realizar. Para o autor, “o homem é definido por seu desejo de lutar pelo reconhecimento, e por seu trabalho para dominar a natureza, e se no fim da história ele consegue tanto o reconhecimento da sua humanidade quanto a abundância material, então ‘o homem propriamente dito’ deixará de existir, porque terá deixado de trabalhar e lutar” (Fukuyama: 1992, p 374). Não haverá mais, no último homem, o desejo de mudança e a força para promovê-las que caracterizaram o primeiro homem: “Esses jovens entusiasmados que abarrotam as faculdades de direito e administração, que preenchem ansiosamente seus currículos na esperança de manter o estilo de vida ao qual acham que têm direito, parece que correm muito mais o perigo de se transformarem em últimos homens do que de reviverem as paixões do primeiro homem” (Fukuyama: 1992, p 403).

Celso Furtado em seu livro “Pequena Introdução ao Desenvolvimento” também fornece elementos extremamente ricos para a análise do sistema capitalista e da posição do indivíduo dentro do sistema. O autor afirma que o homem tem um papel ativo no desenvolvimento do sistema, para que o futuro não seja mera repetição do passado, mas uma ruptura. Schumpeter chega a dizer que o desenvolvimento é fruto da capacidade humana de inovar.

Mas segundo Furtado (1980) a inovação quanto às finalidades de uma sociedade parte da visão interior que os homens têm de si mesmo, visão esta que está se perdendo cada vez mais com o progresso do capitalismo. Na obra de Huxley os indivíduos não têm qualquer visão de si mesmos, eles apenas vivem de acordo com o condicionamento que receberam. Não há, portanto, mudanças quanto aos fins da sociedade.

Ainda no que diz respeito à capacidade criativa do homem, o filósofo alemão Max Horkheimer indica, em seu livro “Eclipse da Razão”, uma relação estreita entre o impasse atual do pensamento filosófico e o dilema das perspectivas para o futuro. Se não há o pensar, não existem alternativas para o futuro. “Parece que enquanto o conhecimento técnico expande o horizonte da atividade e do pensamento humanos, a autonomia do homem enquanto indivíduo, a sua capacidade de opor resistência ao crescente mecanismo

de manipulação de massas, o seu poder de imaginação e o seu juízo independente sofreram aparentemente uma redução. O avanço dos recursos técnicos de informação se acompanha de um processo de desumanização. Assim, o progresso ameaça anular o que se supõe ser o seu próprio objetivo: a idéia de homem”.

Seguindo Weber, Furtado utiliza dois conceitos essenciais à análise do desenvolvimento, o de racionalidade instrumental e substantiva. Esta diz respeito à cultura de um povo, seus valores éticos, morais e religiosos, concernindo, em última instância, às opções da sociedade quanto aos rumos a serem tomados, os objetivos coletivos. Aquela nada mais é do que a adequação de meios a fins, o uso dos instrumentos de que vale a sociedade para alcançar as metas estabelecidas. O autor propõe que ambos os tipos de racionalidade estão cada vez mais dissociados à medida que evolui a divisão de trabalho impulsionada pelo capitalismo. Em outras palavras, a tendência de que um trabalhador se especialize em uma parte cada vez menor do processo produtivo promove uma separação entre a atividade produtiva e os fins a que ela se destina. A luta de cada homem pela vida dissocia-se do uso da criatividade enquanto transformadora das finalidades da vida. Os fins da vida estão subordinados à racionalidade econômica.

Alguns autores defendem que esta divisão excessiva do trabalho prejudica até mesmo a imagem que o indivíduo faz de si mesmo. Enquanto trabalha, o indivíduo forma-se a si mesmo. Na medida em que realiza uma tarefa pequena e que em nada lembra aquilo que virá a ser o produto final, o trabalhador se sente indigno. Dejours (1988) aborda o tema da indignidade operária. “Sentimento experimentado maciçamente na classe operária: o da vergonha de ser robotizado, de não ser mais que um apêndice da máquina, às vezes de ser sujo, de não ter mais imaginação ou inteligência, de estar despersonalizado etc. É do contato forçado com uma tarefa desinteressante que nasce uma imagem de indignidade. A falta de significação, a frustração narcísica, a inutilidade dos gestos, formam, ciclo por ciclo, uma imagem narcísica pálida, feia, miserável. Outra vivência, não menos presente do que a da indignidade, o sentimento de *inutilidade* remete, primeiramente, à falta de qualificação e de finalidade do trabalho. O operário da linha de produção como o escriturário de um serviço de contabilidade muitas vezes não conhecem a própria significação de seu trabalho em relação ao conjunto da atividade da empresa. Mas, mais do que isso, sua tarefa não tem significação humana. Ela não significa nada para a família,

nem para os amigos, nem para o grupo social e nem para o quadro de um ideal social, altruísta, humanista ou político”. Para Lasch (1983), a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual reduziu o trabalhador a uma máquina humana.

Schumpeter, por sua vez, propõe que mesmo funções outrora intelectuais, como a do empresário, tornaram-se mera rotina. O próprio progresso econômico, fruto das inovações, tende a se tornar despersonalizado e automatizado e, no limite, o aparato tecnológico se desenvolverá por si só, sem depender do homem. O êxito do capitalismo, segundo o autor, poderá levar ao seu fim, já que a burocratização da empresa e a mecanização do progresso dispensarão o empresário e o próprio homem de suas funções capitalistas. “Ao romper a estrutura pré-capitalista da sociedade, o capitalismo rompeu não apenas as barreiras que lhe impedem o progresso, mas também os esteios que lhe impedem o desmoronamento” (Schumpeter: 1984, p 181). Ao destruir o indivíduo, a sociedade capitalista pode causar sua própria destruição.

5. Conclusão

O capitalismo liberal surgiu e se desenvolveu sob a égide de um respeito ao indivíduo e à liberdade que, segundo muitos estudiosos, não poderia ser encontrado em nenhum outro sistema sócio-econômico. Em oposição aos regimes anteriores, o capitalismo não se basearia nos privilégios de nascimento, mas, por meio de regras muito bem definidas, daria condições iguais a todos de empreenderem seu trabalho e conhecimento de modo a garantir o bem-estar material. Ademais, argumentam seus defensores, para que a liberdade seja plena, o Estado deve ser mínimo. No capitalismo livre de qualquer imperfeição, o funcionamento do mercado seria capaz de assegurar os equilíbrios necessários para a maximização do bem estar e da equidade social.

Não há como negar que este sistema apresentou ao longo da história uma força inquestionável na destruição do regime feudal e um dinamismo impressionante no processo schumpeteriano de destruição criativa. Em contrapartida, apesar de toda a retórica do respeito ao indivíduo, nota-se que o sistema capitalista apresenta amarras poderosas no que concerne ao potencial de desenvolvimento de cada homem e de sua individualidade. Estas amarras tornam-se ainda mais fortes por serem ocultas à grande maioria da população, o que impede que elas sejam devidamente combatidas.

Por outro lado, o sistema capitalista tem criado nas pessoas um sentimento cada vez mais individualista, dando a impressão de que, a cada geração, o homem torna-se mais egoísta. Em busca de “um lugar ao sol”, as pessoas abandonam princípios de solidariedade para, a qualquer preço, conquistarem aquilo que desejam para si e satisfazerem suas ambições pessoais. Não seria, então, um paradoxo, afirmar que um sistema que acentua o individualismo seria responsável pela destruição do indivíduo? Penso que não. Pelo contrário, acredito que ambas as constatações guardam uma clara relação de causalidade: é justamente por ter a individualidade arrasada, que o homem contemporâneo se mostra tão individualista. Por ter dificuldades em enxergar-se a si próprio, e como um mecanismo de defesa, ele olha ainda mais para si, à procura da individualidade dilacerada. Já que nas atividades do dia-a-dia ele não se sente respeitado em suas características pessoais, ele faz um esforço inconsciente e irracional de voltar as atenções para a própria vida, para seus impulsos e suas conquistas. Isso fica ainda mais patente no que diz respeito às posses; ter

clareza quanto ao que é “meu” e o que é “seu”, no fundo, é uma tentativa de destacar quem sou “eu”, do que “não sou eu”, problema típico do narcisista.

Mas, afinal, como se daria esta destruição do indivíduo pelo sistema capitalista? De tudo o que li, das discussões que tive e das considerações que fiz a respeito, chego a duas hipóteses que, no final das contas, são complementares.

Entendo que a divisão social do trabalho, da maneira como ocorre no capitalismo, contribui com esse fenômeno. Quando se especializa em uma determinada tarefa, o homem perde a noção de si mesmo, de suas capacidades e necessidades naturais, e até mesmo de seus instintos vitais. Quanto mais fracionado for o processo produtivo, mais danoso ao homem, já que, ao repetir uma mesma atividade constantemente, muitas vezes sem ter a consciência do que produz, ou do resultado final do trabalho em equipe, o homem sente-se inútil. Aquilo que ele faz cotidianamente, não faz sentido algum para si, para seus amigos e para sua família, e é apenas uma maneira de ganhar dinheiro. Por outro lado, aquilo que ele precisa para viver, ele não tem qualquer idéia de como obter, a não ser adquirindo no mercado. Assim, o homem não se reconhece enquanto um indivíduo capaz e autônomo. A divisão do trabalho criou uma dependência absoluta em relação aos outros (ou melhor, em relação ao trabalho dos outros), e essa perda de auto-suficiência gera em cada homem um sentimento ainda maior de desprezo em relação a si próprio, de fragilidade. Evidentemente a divisão do trabalho tem aspectos extremamente ricos do ponto de vista técnico e funcional; mas o modo como ela é implementada na atual sociedade mercantil é, a meu ver, extremamente prejudicial ao homem. Isso fica mais claro com o argumento abaixo.

Marx propõe que, no capitalismo, a mercadoria assume o centro das relações sociais e é apenas através da compra e da venda que as pessoas se relacionam. Em uma inversão das posições, o homem torna-se um mero instrumento do sistema, que tem como base e objetivo a reprodução do capital. As pessoas não se vêem, não conversam, não interagem, a não ser no processo de produção e troca de mercadorias. Até mesmo nas famílias, Marx diz que as relações se tornam fundamentalmente econômicas, em um processo inequívoco de “reificação” do homem. Entendo a partir daí que, não havendo relações sociais, um homem perde a capacidade de perceber o outro, enxergando apenas o bem ou o eventual proveito que dele possa adquirir. Por fim, não enxergando ao outro, ele também deixa de enxergar-se a si próprio, de se reconhecer enquanto um indivíduo. Ele pode até se ver enquanto um

produtor, enquanto um mecânico, ou um comerciante, mas não enquanto um indivíduo pleno e complexo. Um indivíduo só existe dentro de relações sociais pessoais; um homem só se reconhece enquanto um indivíduo quando se enxerga em relação ao outro, dentro de uma sociedade.

Sentindo sua individualidade abalada, o homem, inconscientemente, fecha-se em si mesmo, constituindo o egoísmo e o narcisismo explicitados por Lasch. Todavia, este movimento de ensimesmar-se não permite ao homem recuperar a individualidade e a percepção de si próprio, já que sua destruição não veio da relação com o outro, mas com o sistema, com a liberdade do capital. Portanto, ao final, as pessoas mantêm a dificuldade de viverem sua individualidade e, para piorar, vêm-se sozinhas, fechadas em seu egoísmo. As pessoas estão sós na luta pela vida, no enfrentamento dos obstáculos, mas não conseguem se sentir a sós e livres quando querem perceber seus desejos e necessidades mais internos e subjetivos. O capitalismo individualiza para submeter, isolando as pessoas para que elas não queiram e não se sintam capazes de transformar a realidade. Por outro lado, o mesmo sistema capitalista massifica, facilitando o controle da sociedade e o atendimento a seu objetivo primeiro: a reprodução do capital.

6. Bibliografia

- DEJOURS, Christophe. A Loucura do Trabalho. Cortez Editora, 1988.
- FURTADO, Celso. Pequena Introdução ao Desenvolvimento. 1980.
- FUKUYAMA, Francis. O Fim da História e o Último Homem. Editora Rocco, 1992.
- HAYEK, Friedrich. O Caminho da Servidão. Editora Golobo, 1977.
- HORKHEIMER, Max. Eclipse da Razão. Editora Centauro.
- HUXLEY, Aldous. Admirável Mundo Novo. Editora Globo, 1999.
- LASCH, Christopher. A Cultura do Narcisismo. Imago Editora, 1983.
- MARX, Karl & ENGELS, Friederich. Manifesto do Partido Comunista. In: LASKY, Harold. O Manifesto Comunista de Marx e Engels. Zahar Editores, 1978.
- MARX, Karl. O Capital. Editora Nova Cultural, 1988.
- ORWEL, George. 1984.
- SENNETT, R. O Declínio do Homem Público. Companhia das Letras, 1999.
- SCHUMPETER, J. Capitalismo, Socialismo e Democracia. Zahar Editores, 1984.